



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

PARECER FAVORÁVEL Nº 1055/2021
REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4666/2021
RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: ESTABELECE PERCENTUAL MÍNIMO DE RECURSOS DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM REALIZADAS PELO SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de lei (Processo n.º 4666/2021), apresentado pelo nobre vereador Yuri Moura, que estabelece percentual mínimo destinado à agricultura familiar de gêneros alimentícios a serem realizados pela Secretaria de Assistência Social do município de Petrópolis.

A Comissão de Justiça e Redação, assim como a Comissão de Desenvolvimento, Agricultura, Tecnologia e Turismo, exararam parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei em tela, e, agora, o processo está sendo submetido à apreciação da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

O presente projeto de lei tem por fim estabelecer percentual mínimo destinado à agricultura familiar de gêneros alimentícios a serem realizados pela Secretaria de Assistência Social do município de Petrópolis.

O Autor do Projeto de Lei justifica que:

“A agricultura familiar é principal produtora de alimentos que vão para mesa dos brasileiros.

Diferente da monocultura, a agricultura familiar produz alimentos variados. O sistema, assim, é utilizado em seu máximo potencial.

(...)

Dados os benefícios sociais, ambientais e econômicos da agricultura familiar, é importante a construção de políticas públicas que proteja e incentive a prática, em prol da alimentação saudável e buscando que haja menos desigualdade no campo por meio da efetivação de um modelo de desenvolvimento não seja alicerçado na concentração de terra, no crescimento dos mais ricos e no detrimento dos pobres.

Historicamente a agricultura familiar já obteve algumas conquistas, dentre as quais podemos citar o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNA) que possibilita a comercialização de produtos da agricultura familiar e a destinação deste para a população em situação de insegurança alimentar e/ou criação de estoque de alimentos – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, onde, conforme a lei nº 11.947/09, as administrações municipais são obrigadas a comprar no mínimo

30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Ocorre que ainda são muitos desafios da agricultura familiar. Os pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura, ainda que sejam responsáveis pela produção. Por exemplo, de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno e 50% das aves e 30% dos bovinos[1].

O governo federal tem paralisado programas destinados ao fomento da agricultura familiar. Dentre os programas que sofreram paralisação recente, suas linhas de crédito estão o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (INOAGRO), o Programa de Modernização da Agricultura, a Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em um ano de governo Bolsonaro os pequenos e médios agricultores diminuíram a área de lavouras temporárias quase 20%. Enquanto isso, grandes latifundiários produtores de grãos e criadores de gado aumentaram suas terras em 30% beneficiados por políticas de estímulos à exportação e ataques à proteção da agricultura familiar.

(...)”

Inicialmente, é de se consignar que no texto constitucional está prevista a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I e II), *in verbis*.

“Art.
Compete
aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber (...).”

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Observe-se também que o projeto em análise trata de um dos mais importantes Direitos Fundamentais, qual seja, o Direito Fundamental à Alimentação Saudável, encontrando, assim, respaldo material no art. 6º da Constituição da República de 1988 que assim preconiza:

*“Art. 6º :
direitos soc
a educação
saúde,
alimentaçã
trabalho,
moradia,
transporte,
lazer;
segurança,
previdência
social,
proteção
maternidad
à infância,
assistência
desamparac
na forma de
Constituiçã*

Em linhas gerais, de fato a agricultura familiar é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do homem com o meio ambiente, vi que retira seu sustento da terra sem que para isso tenha que acabar com os recursos naturais.

Ademais a agricultura familiar busca empregar tecnologias agroecológicas, trazendo inúmeros benefícios à população consumidora de seus produtos.

Outrossim, importante que se leve em conta a recente paralisação por parte do Governo Federal de importantes programas de fomento à agricultura famil tais como o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecu (INOVAGRO), o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO) e o Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Diante de tais fatos, se tem como fundamental que o Município de Petrópolis estabeleça um percentual mínimo destinado à aquisição de gêne alimentícios produzidos pela agricultura familiar a ser realizada pela Secretaria de Assistência Social, fomentando-se, assim, a agricultura local, bem co proporcionando alimento de qualidade à população necessitada petropolitana.

Em suma, encontrando-se o objeto da proposição em análise no âmbito da competência do Município de Petrópolis, revela-se a mesma possível e, diante sua importância e dos benefícios que dela poderão advir para à agricultura familiar e para a população necessitada petropolitana, opina-se favoravelment tramitação do Projeto de Lei nº 4666/2021.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 4666/2021.

Sala das Comissões em 09 de Setembro de 2021


YURI MOURA
Presidente


DOMINGOS PROTETOR
Vogal